

Um amplo painel da obra de Marx

Paulo Denisar Fraga*

Armando Boito Jr., Caio Navarro de Toledo, Jesus Ranieri, Patrícia Vieira Trópia (orgs.). *A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações*. Campinas/São Paulo, IFCH/Xamã, 2000.

Na contramão dos “intelectuais em retirada” (J. Petras), que hoje renegam o marxismo para ressuscitar teorias jurídico-institucionais, cuja ineficácia para a emancipação do trabalho foi evidenciada pela obra de Marx – donde a necessidade mesma de decretarem a sua superação ou morte –, em novembro de 1999, reunindo professores e pesquisadores de doze estados do Brasil, o Centro de Estudos Marxistas (Cemarx) da Unicamp promoveu o “I Colóquio Marx e Engels”, do qual resulta este livro – *A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações*. O volume, composto por cinco capítulos derivados das mesas-redondas do Colóquio, contém, além disso, um anexo com os resumos da maioria das comunicações apresentadas.

O primeiro capítulo aborda o controverso tema da ruptura ou continuidade entre a obra de juventude e a de maturidade de Marx. Ester Vaisman, seguindo as teses de José Chasin, propõe que, se há ruptura em Marx, ela se dá em meados de 1843, quando Marx se livra, na *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, da filosofia da autoconsciência de sua tese doutoral, da antropologia racional dos artigos da *Gazeta Renana* e da teo-

ria do ser da filosofia especulativa de Hegel, a partir de onde Marx daria início a uma nova posição ontológica, doravante materialista. João Quartim de Moraes entende que a contraposição entre obra da juventude e da maturidade é comum nos grandes autores, e que nenhuma ruptura é absoluta a ponto de não guardar pressupostos anteriores. Recusando o que chama de catálogos explicativos dos erros e acertos de Marx e Engels, analisa a eficácia das leituras da teoria marxiana à luz dos desdobramentos dos movimentos revolucionários, polemiza com Ruy Fausto sobre a sua teoria da “antropologia negativa” em Marx e, por fim, refere-se a três escritos de Louis Althusser, para dizer que as questões neles colocadas sobre a natureza da inversão da dialética hegeliana por Marx ainda continuam de pé. Roberto Romano, por sua vez, sem entrar no assunto em pauta, pontua topicamente alguns pensadores modernos para redigir um artigo sobre o tema da “tradução” em Marx.

O segundo capítulo versa sobre a polémica em torno do legado marxista de Friedrich Engels. Ronald Rocha defende, com radicalidade, a integridade teó-

* Professor do Departamento de Filosofia e Psicologia da Unijuí, RS

rica da contribuição marxista de Engels. Para tanto, monta seu texto pelo enfrentamento direto às principais críticas formuladas contra este autor, contestando-as, uma a uma, com passagens, em sua grande maioria, extraídas dos próprios textos de Engels. Ricardo Musse, numa postura intermediária, prefere argumentar que se, num primeiro movimento, não é possível negar a evidência da unidade das obras de Marx e Engels, num segundo, especialmente no chamado “último Engels”, igualmente não cabe ignorar a sua heterogeneidade, perceptível já no próprio empenho de Engels em “atualizar a teoria” pelas “demandas próprias de seu tempo”, fosse como intérprete-sistemizador, fosse como desbravador de novos campos temáticos para o marxismo, cuja trajetória terminou por cristalizar uma determinada interpretação/apropriação deste, conhecida como “marxismo da Segunda Internacional”. Já Hector Benoit, no pólo oposto de Ronald Rocha, critica o que considera a naturalização e a objetivização mecânica da dialética por Engels, contrastando certas teses deste com formulações teóricas de Marx e Hegel, que jamais teriam admitido tais parâmetros. Ato contínuo, lembra que os maiores seguidores dessas concepções de Engels foram justamente Bernstein, Kautsky e o stalinismo, evidências de que, “ao menos de maneira embrionária”, o cientificismo marxista e o evolucionismo eleitoralista da Segunda Internacional já estavam, em grande medida, contidos nas formulações gerais do último Engels.

O terceiro capítulo se ocupa das contribuições de Louis Althusser e Georg Lukács à teoria marxista. Discorrendo sobre Althusser, Miriam Limoeiro-Car-

doso aborda, nos textos tardios desse autor – que contêm novos e diferentes desdobramentos do seu pensamento –, o tema da crise do marxismo, que envolve, também, as suas teorizações sobre a ideologia. Mostra que, para Althusser, tal crise não se resumia a situações conjunturais extrínsecas, mas dizia respeito a aspectos da própria teoria marxista, tais como a “falta de um tratamento claro da dialética em Marx” que, dando margem a “interpretações positivistas e evolucionistas”, teriam permitido a Stalin enrijecer a dialética ao extremo “sem precisar romper com Marx”. Desse modo, argumenta que Stalin, ao “violentar o que o marxismo era”, conseguira, ao mesmo tempo, instaurar e bloquear a eclosão dessa crise, cuja “brecha” só seria aberta pelos movimentos de massa, que teriam, finalmente, conferido ao marxismo uma chance real de superá-la. Wolfgang Leo Maar, num artigo denso, discute o tema da formação social em Lukács. Tomando, como ponto de partida, a tese lukacsiana de que a categoria central da dialética é a totalidade, avalia as nuances, limites e rearranjos da relação entre a dialética da reificação e a realização objetiva do trabalho, trama teórico-analítica pela qual procura refletir sobre os caminhos de Lukács para Marx. Em torno de tal intencionalidade o autor perfila e identifica o lugar conceitual de diferentes obras do filósofo húngaro, acompanhando o evoluir que vai do predomínio do tema da consciência de classe ao da crítica ontológica, desenhado, como é sabido, nas duas obras-pólo do seu pensamento: *História e consciência de classe* e *Ontologia do ser social*. No texto que fecha o capítulo, Sérgio Lessa procura justificar os termos e

a importância da propositura lukacsiana de uma ontologia no século XX. Inicia rebatendo o que se pode chamar de falsa “ontologia” burguesa, isto é, de que a essência humana se definiria pela vinculação imanente do ser do homem à propriedade privada, fazendo-o egoísta e concorrencial, cuja natureza ontológica eternizaria a sociedade capitalista. Opondo-se a isso, apóia-se na tese de Marx de que a essência humana é o conjunto das relações sociais para defender que a ontologia de Lukács não só se diferencia das ontologias metafísicas tradicionais, como se assenta na autoconstrução do ser social na esfera fundante do trabalho e das suas relações de reprodução, que, ao transformar a natureza, transformam também os indivíduos e a sociedade, liquidando com qualquer teleologia fatalista da história. Destarte, aponta que o “móvel decisivo” que levou Lukács a propor uma ontologia no século XX foi, justamente, a necessidade de evidenciar a “possibilidade ontológica da revolução” e desmascarar as ideologias burguesas a ela contrárias.

O quarto capítulo avalia a contribuição de Antonio Gramsci e de Edward Palmer Thompson ao marxismo. Giovanni Semeraro destaca que o valor do pensamento de Gramsci estaria em ultrapassar as interpretações positivistas e economicistas do marxismo, enriquecendo-o de novas categorias conceituais à luz do seu presente histórico, dotando-o, com isso, de uma nova vitalidade prática. Para tanto, ressalta que os grandes objetivos de Gramsci eram enfrentar “as ideologias modernas nas suas formas mais sofisticadas” e lutar para que os trabalhadores ascendessem também à con-

dição de intelectuais, constituindo-se como classe dirigente capaz de se auto-governar. Visando apresentar os desdobramentos teóricos decorrentes dessas tarefas, discorre sobre a elaboração gramsciana dos conceitos de “filosofia da práxis” e de “hegemonia”, que seriam os “eixos unificadores de todo o seu pensamento”. Cláudio Batalha, escrevendo sobre Thompson, sugere que este autor pode ser mais bem compreendido como um “acadêmico erudito preocupado em aplicar o marxismo em sua área de saber”, haja vista que ele mesmo “nunca se colocou na condição de teórico do marxismo”. No que diz respeito à recepção da teoria marxista, destaca que Thompson teria criticado o marxismo “como *doutrina*, como *método* e como *herança/patrimônio*” para preferi-lo alternativamente como *tradição*, que incluiria as formulações de Marx e Engels e daqueles que procuraram enriquecê-las, reconhecendo o marxismo como um movimento plural coexistindo sob “um vocabulário comum de conceitos”. Posteriormente, observa que Thompson, ao acompanhar as crescentes críticas do stalinismo e do “estruturalismo althusseriano”, revisa sua concepção unitária do marxismo, para falar dele como “duas tradições” irreconciliáveis desde 1956: “uma tradição fechada, idealista e teológica”, que associa ao stalinismo e ao althusserianismo e “uma tradição aberta, materialista e racional” do comunismo libertário, à qual ele se declarava pertencente. Na seqüência, apresenta algumas apropriações peculiares de conceitos da teoria marxista por Thompson, as quais, por sua vagueza e heterodoxia excessivas, foram criticadas como “culturalismo” e “marxismo romântico”.

O quinto capítulo que, dada a Apresentação dos organizadores do livro, deveria ter sido editado em terceiro – por tratar, como os dois primeiros, de assunto pertinente aos clássicos fundadores, e não, ainda, à obra dos seus “intérpretes” –, traz o debate sobre a atualidade da crítica da economia política, já anteriormente publicado na *Crítica Marxista* número 10. Francisco José Soares Teixeira, após registrar a chamada dimensão civilizatória do capital, toma em consideração seus limites e contradições, e argumenta que o crescimento da produção de valores de uso e a necessidade de valorização do valor exigem formas sociais em que tal contradição possa se mover e realizar. Explica como essas formas de resolução se dão no interior da cooperação simples, da manufatura e da grande indústria. Depois, enfrentando Offe, Giannotti, Habermas e Francisco de Oliveira – que advogam, em diferentes tons, o fim do paradigma do trabalho como medida objetiva do valor, confinando-se no reformismo político –, defende a tese de que o capitalismo contemporâneo passou a uma forma – mais avançada – de “cooperação complexa” da produção de mercadorias. Pretende, com esta formulação, explicar o processo da reestruturação produtiva sem precisar aceitar a idéia de uma *ruptura* no sistema produtor de mercadorias, o que lhe permite reafirmar a atualidade da luta de classes e elevar a defesa do socialismo à condição de “estratégia prioritária”. Jorge Grespan escreve sobre o conceito de crise na crítica à economia política. Inicia afirmando que a importância da crítica de Marx à economia política ultrapassa a mera comparação de duas teorias distintas. Mais do que isso, observa

que a crítica da economia política é o meio privilegiado de se adentrar à própria teoria de Marx, dado que esta se constitui como “reelaboração e inversão” das categorias fundamentais daquela. Não há, em Marx, uma “crítica” *ao lado* de uma “exposição”. A exposição já se dá “simultaneamente” como *crítica* – como “re-exposição” das categorias da economia política –, visto que a “crítica é o que permite à exposição assumir a forma dialética”, num movimento em que tais categorias se desenvolvem (em sua contradição) até o ponto em que exigem sua própria transformação”, implicando o surgimento de novas categorias, remontando todo o sistema que as organiza. À luz dessa armação dialética, que estrutura metodologicamente o seu texto, passa a expor o conteúdo (e a forma) das críticas de Marx a David Ricardo, alegando que elas expressam uma “síntese do conjunto” da crítica à economia política, caminho pelo qual vai apreendendo dialeticamente a *crise* como o “negativo” onipresente em todo o desenvolvimento da exposição, explicitando o “elo profundo” que há entre crise e crítica.

Na sequência do mesmo capítulo, Leda Maria Paulani prefere situar a configuração histórico-teórica da crítica marxiana à economia política. Para tanto, divide seu texto em três partes: na primeira, retoma os marcos do rompimento de Marx com a filosofia de Hegel, ao afirmar que naquele “a totalidade estava já com a economia política”; na segunda, parte da diferença entre as dialéticas de Hegel e Marx, comenta aspectos do método da economia política e evidencia limitações da economia clássica em face do aporte teórico de Marx; na ter-

ceira, sustenta a validade atual da crítica marxiana à economia política – mediante uma discussão sobre o fetichismo da “sociedade do espetáculo” (conforme Guy Debord) –, o papel do dinheiro e a centralidade do trabalho em face da teoria marxista do valor. Por último, Mauricio Coutinho enfoca a temática a partir de duas indagações: se as teses de Marx ainda conseguem explicar o capitalismo atual, e se a crítica da economia política é compatível com a teoria econômica contemporânea. Privilegiando a segunda questão, caracteriza alguns elementos da economia clássica e, depois, da contemporânea, enfatizando que esta discrepa daquela e da marxista pelo fato de considerar que o agente econômico é o indivíduo, e não as classes, e de basear-se na indeterminação e na escolha racional, e não na determinação histórica.

Porém, rediscutindo as noções de “classes sociais”, de “subjetividade” e de “determinação”, pelos interstícios que escapam ao referido enquadramento geral, procura caminhos para abrir a economia marxista “à atualização e para as possibilidades de fertilização do debate econômico contemporâneo”.

Por fim, cabe aduzir que *A obra teórica de Marx*, pelo amplo mosaico temático aqui perfilado, contribui para preencher, na produção editorial brasileira, a lacuna de um balanço-síntese dos grandes debates do marxismo. Isso já basta para dizer da sua importância para qualquer um que deseje encontrar, num só livro, um competente, plural e autêntico recenseamento crítico dessas questões, aporte teórico salutar a toda boa compreensão – *dialética* – da teoria marxista no tempo presente.

Visões e interpretações da sociedade brasileira

Duarte Pereira*

João Quartim de Moraes e Marcos Del Roio (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. v. IV. Campinas, São Paulo, Editora da Unicamp, 2000.

O marxismo é anti-acadêmico. Pretende transformar o mundo e não apenas interpretá-lo. Empenha-se em interpretar o mundo corretamente para conseguir transformá-lo. *A História do marxismo no Brasil* atinge, portanto, sua fase decisiva com a publicação do quarto volume, que expõe as interpretações da sociedade e da revolução brasileiras formuladas por autores e organizações marxistas.

Os dois volumes iniciais reconstituíram os impactos das grandes revolu-

ções do século XX no Brasil e a recepção entre nós das idéias de Marx e Engels e dos principais teóricos marxistas. O terceiro volume concluiu a investigação dos influxos teóricos recebidos pelo marxismo brasileiro, examinando a influência de Althusser e de Gramsci, e iniciou a exposição das visões marxistas acerca das grandes questões nacionais. O quarto volume, o último publicado, arremata essa exposição, reconstituindo algumas das mais importantes interpretações mar-

* Jornalista

xistas da formação histórica e atual da sociedade brasileira e das perspectivas de sua transformação revolucionária. Os dois volumes finais examinarão o combate político de organizações e militantes orientados por essas interpretações.

A caracterização adequada da origem e do desenvolvimento da sociedade brasileira, e de suas tendências de transformação, é o elo que solda a recepção da teoria marxista à sua finalidade prática de orientar a luta dos revolucionários brasileiros. Testa a assimilação do método e das categorias do marxismo em suas aplicações ao estudo da realidade histórica e atual do país e, por sua vez, é testada nos êxitos e nas derrotas dos combates inspirados nessas interpretações. Se é possível falar num marxismo brasileiro, este é seu campo de prova.

Marx e Engels, ao investigar a origem e o desenvolvimento das sociedades capitalistas, delinearão simultaneamente, por força de seu método crítico e dialético, as tendências de transformação dessas sociedades em formações sociais estruturalmente novas, socialistas. Mas, para a efetivação dessas tendências transformadoras, sublinharam o protagonismo insubstituível do proletariado, especialmente de seu núcleo operário, e destacaram a necessidade da teoria crítica e da contribuição da intelectualidade progressista para a tomada de consciência do proletariado e para o desenvolvimento de sua organização e de sua luta. Advertiram, no entanto, desde o *Manifesto Comunista*, que o capitalismo se desenvolvia nos vários países em ritmos desiguais e com traços peculiares. O combate proletário e socialista teria de se desenvolver também de forma desigual e com peculiaridades nacionais. Não

seria suficiente, portanto, traçar o quadro histórico geral do mundo e os objetivos finais e comuns do proletariado. Seria indispensável combinar essa visão com a caracterização correta das diferentes fases de desenvolvimento e das especificidades de cada país e, por conseguinte, com os objetivos particulares do combate proletário e socialista em cada país e em cada momento.

Esse desafio teórico, posto aos marxistas de qualquer país, é especialmente árduo em nações como a nossa. Surgimos numa época em que os países mais avançados da Europa já iniciavam a transição do feudalismo para o capitalismo. Nessa Europa em transmutação, Portugal, a potência marítima que nos colonizou, ostentava, com sua revolução burguesa abortada, traços muito originais de evolução. Em nosso território, com o esmagamento das sociedades comunitárias indígenas e a gradativa construção de uma nova formação econômico-social, sofremos a influência cruzada de vários processos históricos: a integração no mercado mundial em constituição; a superestrutura monárquica, feudal e católica da metrópole que nos dominava; a combinação da grande propriedade territorial com a introdução do trabalho escravo. Mais tarde, quando o modo de produção capitalista despontou entre nós no final do século XIX, seu desenvolvimento não poderia deixar de refletir as condições particulares da sociedade em que emergia. Acentuando as diferenças, nossa revolução burguesa não transcorreu por uma “via democrático-revolucionária”, mas “burocrático-reacionária”, para usar expressões de Lênin; e conciliou com a dependência externa e com a preservação do monopólio da proprieda-

de territorial. O capitalismo penetrou e se desenvolveu na agricultura, não pela “via camponesa”, mediante uma reforma democratizadora da propriedade da terra, a que se seguiriam a diferenciação dos camponeses e a inevitável concentração da propriedade; mas pela “via latifundiária”, através dos processos conjugados de capitalização e modernização do latifúndio e de territorialização do capital. Nossa sociedade se revelaria, portanto, um quebra-cabeça histórico-estrutural, difícil de resolver para estudiosos marxistas e não-marxistas.

Logicamente, o primeiro passo seria desvendar os nexos entre a origem do capitalismo no continente europeu, o transbordamento colonizador de Portugal e a formação da sociedade colonial no Brasil. O ensaio de Lígia Osório Silva, que abre o quarto volume da *História do marxismo no Brasil*, refaz, com rigor teórico e abundância de informações, o debate sobre essas interconexões. Evidencia que as categorias básicas e os critérios analíticos do marxismo ainda representam os instrumentos mais fecundos para deslindá-las. Conclui que os Estados colonizadores que recorreram à força de trabalho escrava, como Portugal, “não eram Estados escravistas, mas Estados feudais modificados (absolutistas), muito mais complexos” (p. 55); e que “o fato de sublinhar o caráter não capitalista do regime de propriedade da terra e sua associação com o escravismo como forma predominante do trabalho não implica diminuir o papel do capital mercantil na organização da economia colonial” (p.56) – do capital mercantil, não do capitalismo, é conveniente frisar.

O passo lógico seguinte seria determinar as características de nossa forma-

ção histórica e de nossa estrutura recente, para fixar a perspectiva, o estágio e as tarefas da ação revolucionária. Os textos de Angelo José da Silva, João Quartim de Moraes e Marcos Del Roio, que formam o segundo bloco do volume, reconstituem a gênese e o desenvolvimento de interpretações contrapostas sobre a sociedade e a revolução brasileiras, que se constituíram gradativamente entre autores e organizações políticas do campo marxista. Há diferenças de ênfase, de conceituação e de períodos abrangidos nos estudos, mas, em conjunto, eles permitem acompanhar a evolução da polêmica teórica e política entre os marxistas, desde os trabalhos pioneiros de Octavio Brandão e Astrogildo Pereira, por um lado, e de Mário Pedrosa e Lívio Xavier, por outro; passando pelas controvérsias entre Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes; e chegando a trabalhos recentes, como os de Jacob Gorender e Carlos Nelson Coutinho. É um largo painel que, ao lado dos equívocos e das contradições, mostra também a vitalidade do pensamento marxista no Brasil.

O terceiro e último bloco do volume reúne os estudos de Leonilde de Medeiros, sobre a luta pela terra nos anos 50 e 60; de Carlos Dória, sobre o surgimento do Nordeste como “problema nacional”; e de Raimundo Santos, sobre alguns aspectos menos conhecidos da obra de Caio Prado Júnior. Abordando temas particulares, trazem contribuições que ampliam e aprofundam o conhecimento crítico do debate reconstituído nos capítulos anteriores.

Se adicionarmos os estudos já publicados na segunda parte do terceiro volu-

me, principalmente o de Carlos Dória, “O dual, o feudal e o etapismo na teoria da revolução brasileira”, e o de Caio Navarro de Toledo, “Intelectuais do Iseb, esquerda e marxismo”, verificaremos que a *História do marxismo no Brasil* oferece pela primeira vez uma visão abrangente, compactada e multilateral do debate teórico e político que inflamou, ao longo do século passado, as correntes políticas e intelectuais brasileiras inspiradas no marxismo. É grande o mérito, portanto, dos organizadores e autores dessa obra coletiva.

Como esse debate não está encerrado, vale a pena registrar alguns possíveis defeitos da visão exposta. Ela é construída principalmente a partir da obra pessoal de autores renomados. Essas contribuições não poderiam ser ignoradas, ainda mais num país em que os dirigentes práticos do movimento operário e socialista não têm se mostrado, em regra, teóricos de primeiro plano. Mas deveriam ser referidas às posições coletivas de partidos e organizações marxistas, tanto as contidas em documentos oficiais, quanto as expressas na imprensa dessas organizações, ou em debates preparatórios de congressos, como o que antecedeu o V Congresso do PCB, ainda unificado. A visão ficaria mais rica e mais precisa, pois não se pode perder de vista o caráter militante do marxismo e a necessidade de que sua influência passe pela ação organizada para que possa traduzir-se em ação. Pelos objetivos de pesquisa preconizados, não se trata de reconstituir somente a polêmica entre personalidades intelectuais, mas também entre correntes políticas, pois o propósito é delinear a influência do marxismo no conhecimento e na transformação da

sociedade brasileira. O estudo de Leonilde de Medeiros, que recorreu a fontes primárias e partidárias, demonstra as virtudes desse método.

É indiscutível também a posição central ocupada pelo PCB na recepção, divulgação e aplicação do marxismo no Brasil. O estudo teria de privilegiar, portanto, a tradição marxista vinculada a esse partido e aos intelectuais que sofreram sua influência. Mas não se justifica diluir as cisões repetidas que esse partido sofreu a partir dos anos 60. Não é correto, por exemplo, subestimar as divergências programáticas que afastaram o PCdoB do PCB e o PCBR de ambos. As referências às posições trotsquistas são também restritas e referentes apenas às décadas iniciais dessa corrente política e intelectual. As contribuições da Polop e de intelectuais filiados a sua tradição mereceriam igualmente receber um tratamento sistemático, assim como o debate teórico que se desenvolveu nas fileiras da Ação Popular, sobretudo em sua fase final. Não é suficiente que essas organizações sejam estudadas em sua atuação política. Seria importante levar em conta suas contribuições às visões marxistas da sociedade e da revolução brasileiras. O marxismo se tornou plural no Brasil e a *História* precisaria refletir melhor essa diversidade – política e teórica.

Se assim procedesse, demarcaria com mais nitidez as teses básicas sobre a sociedade brasileira, formuladas por autores e organizações marxistas. Não houve apenas a contraposição entre a teoria da “sociedade semicolonial e semifeudal”, que acabou se firmando na tradição originada no PCB, e a teoria da “sociedade capitalista” desde a época colonial e quase sem mesclas, que veio a prevalecer em setores

intelectuais e políticos influenciados por Caio Prado Júnior e pelas correntes trotsquistas. Gradativamente, outros setores marxistas convergiram para a compreensão de que a sociedade brasileira já se tornara capitalista desde meados dos anos 50 do século XX, combinando-se o modo de produção capitalista predominante com outras formas subordinadas de produção e de exploração do trabalho. Reconhecido o caráter capitalista da sociedade brasileira como seu traço mais relevante, a dependência externa e o monopólio da propriedade territorial passaram a ser vistos como traços subordinados, importantes apenas para caracterizar o tipo e o estágio do desenvolvimento capitalista em curso no país.

As investigações de Jacob Gorender acrescentaram à identificação dessa fase capitalista-dependente a compreensão da fase escravista-colonial, que a antecedeu e da qual o capitalismo se originou através de um período de transição e de formas mistas, semi-escravistas, de exploração do trabalho. Com nuances, essa interpretação ganhou amplos setores marxistas e contrapôs-se às duas interpretações anteriores. Reconhece a complexidade da formação social brasileira, mas também seu caráter dominante. A *História* não dedica a essa interpretação a atenção merecida.

Quanto à teoria da “sociedade semi-colonial e semifeudal”, ressalte-se que não se equivocava apenas na identificação de um feudalismo em nosso passado colonial, mas também em sustentar a vigência de uma sociedade “semifeudal” ainda nos anos 70, quando o capitalismo já predominava havia duas décadas na base econômica da sociedade brasileira e as transformações superestruturais consolidavam o domínio da grande bur-

guesia nacional no Estado e na cultura do país.

Essas divergências acarretam implicações sérias na interpretação da revolução brasileira. Aqui também a *História* não demarca satisfatoriamente as três teses que se têm colidido, historicamente, nos autores e organizações marxistas: a tese da “revolução socialista” imediata, conduzida apenas por forças proletárias e semiproletárias; a tese da “revolução democrático-burguesa”, ou “nacional-democrática”, liderada pela burguesia e apoiada pelo proletariado e por outras forças sociais, para implementar um capitalismo nacional e reformado; e a tese da “revolução nacional, democrática e popular”, liderada pelo proletariado, apoiada na aliança operário-camponesa e realizada para implantar um regime de transição ao socialismo. Evocando alusões históricas, poderíamos caracterizá-las, respectivamente, como as teses de raiz trotsquista, menchevique e bolchevique. No caso do Brasil, decorrem de avaliações divergentes acerca da formação histórica e das características atuais da sociedade brasileira, mas resultam também das imprecisões teóricas que têm marcado o acidentado debate sobre as etapas do combate proletário e socialista desde as formulações iniciais de Marx sobre a “revolução permanente”. A *História* poderia ter incluído um estudo criterioso sobre a evolução desse debate internacional, à semelhança do esclarecedor ensaio de Lígia Sílvia sobre a transição do feudalismo ao capitalismo na Europa e seus nexos com a colonização do continente americano. A polêmica brasileira se tornaria mais inteligível.

O deslindamento apurado dessas interpretações da revolução brasileira é ainda mais necessário em nossos dias por-

que, consumada a revolução burguesa do Brasil, mesmo que por um caminho autoritário e conciliador, não tem mais sentido falar sequer numa “revolução nacional e democrática” necessária para abrir caminho ao socialismo. A única revolução que persiste no horizonte histórico do país é a socialista, à qual caberá resolver, inclusive, as tarefas nacionais e democráticas que a revolução burguesa não cumpriu integralmente. Na época histórica do imperialismo e das revoluções socialistas, o desenvolvimento capitalista autônomo deixou de ser viável. É um equívoco sustentar, portanto, a “permanência” de um programa nacional-democrático desvinculado da hegemonia proletária e da transição ao socialismo.

Isso não implica negar a possibilidade e a conveniência de que o proletariado conte, na luta por um regime democrático avançado e por um programa de transformações socialistas, com o apoio dos camponeses pobres e médios, dos demais trabalhadores assalariados e autônomos, dos intelectuais e estudantes progressistas e até mesmo de setores pequeno-burgueses e burgueses, pressionados cada vez mais pelo grande capital estrangeiro e nacional. Nas atuais e desfavoráveis condições do mundo, como a experiência histórica está mostrando, a

construção do socialismo passa por um regime de transição, em que a hegemonia operário-popular pode combinar-se com a participação de outras forças sociais na vida política, a propriedade social com formas de propriedade privada, e um plano parcial com o mercado na coordenação da economia. As idéias e valores socialistas concorrerão também com idéias e valores atrasados e conservadores na cultura por muito mais tempo do que se esperava anteriormente. Esse regime de transição constitui a base objetiva para uma aliança revolucionária ampla e duradoura. Não representa um mero estratagema político. Mas também não configura uma renúncia ao projeto socialista, e sim uma forma de abordá-lo nas novas condições históricas.

Um re-exame mais esmerado do debate sobre a sociedade e a revolução brasileiras e sobre as perspectivas do sistema capitalista-imperialista, travado no passado pelos marxistas, pode ajudar a enfrentar a nova polêmica programática e estratégica que se impõe. Apesar de suas insuficiências e eventuais defeitos, a vasta e persistente obra de reconstituição e avaliação empreendida pelos organizadores e autores da *História do marxismo no Brasil* representa uma coletânea de informações e análises indispensáveis a esse esforço.

A guerra revolucionária acabou?

* Suzeley Kalil Mathias

Héctor Luis Saint-Pierre. *A política armada. Fundamentos da guerra revolucionária*. São Paulo, ed. da Unesp, 2000.

Segundo a maior parte da *media* não existe alternativa ao capitalismo, ao globalismo no qual tudo se subordina ao

consumo, ao virtual, ao capital financeiro, ao discurso único e unidimensional. Apesar disso, aqui e ali surgem vozes

* Professora da Unesp – *campus* de Franca – e pesquisadora do NEE-Unicamp

dissonantes, a nos lembrar que sem utopia, sem luta e dor, não é possível encontrar o que Marx chamou de gênero humano. É nesta linha de posicionamento que Saint-Pierre retoma um tema antigo, mas negligenciado por intelectuais e políticos quando deveria ser parte de qualquer debate sério sobre o futuro da revolução: a guerra revolucionária.

Para elucidar o fenômeno, Saint-Pierre divide o livro em duas partes, dedicando a primeira à *teoria* da guerra revolucionária e a segunda, às *formas* que esta assumiu e em que se desenvolveu ao longo da história das lutas populares. Para não dar a idéia de que o objeto de análise é o conjunto das lutas de classe, na introdução discute-se como a violência marca diferentes fenômenos hoje, como de resto sempre marcou – chocando-se, assim, com a promessa da grande águia sobre o fim dos conflitos mundiais, dado o desaparecimento do único inimigo simbolizado na queda do Muro de Berlim (1989) –, reabilitando a guerra interna, entre nacionais e, portanto, apontando para a possibilidade cada vez maior da revolução. É assim que o autor analisa a guerra revolucionária a partir da intersecção entre teoria da luta de classes em sua herança marxista e a teoria da guerra de filiação clausewitziana.

Partindo das questões mais gerais para chegar à apresentação do fenômeno na história contemporânea, no primeiro capítulo Saint-Pierre se dedica à discussão do papel da violência na política ou, mais precisamente, da guerra como fenômeno político. A guerra é resgatada na história da filosofia desde Aristóteles, passando por Políbio até as visões de Lênin e Bobbio. É aqui que se apresentam para o leitor a relação entre econo-

mia e guerra, entre fenômenos bélicos externos e internos, discute-se a revolução no interior da teoria da guerra e, o mais importante, enfatiza-se a violência como um meio da política e a subordinação da guerra à decisão política. Aliás, esta é a tese elucidada ao longo de todo o texto.

Coerente com esta visão, no segundo capítulo o tema é a guerra revolucionária, assim descrita: “O que caracteriza a guerra não são os meios, mas a política a cujos objetivos aquela serve. Portanto, uma guerra será revolucionária se estiver a serviço de uma causa revolucionária, se for a manifestação bélica de uma política revolucionária” (p. 69). Mas seria esta a especificidade da guerra revolucionária; o fato de estar subordinada a uma política revolucionária? Não. Buscando apoio na literatura estratégica, Saint-Pierre afirma que, diferentemente da guerra convencional, que representa belicamente a política conservadora (e, diríamos, burguesa) e que busca o restabelecimento de alguma forma de paz, a guerra revolucionária, respondendo a uma política desestabilizadora das relações de classe, apenas tem como finalidade estratégica o aniquilamento do inimigo, ou seja, o fim das classes sociais. Poder-se-ia dizer, então, que a guerra revolucionária, quando vitoriosa, é a última das guerras e, talvez por isso mesmo, aquela que condensa toda a potencialidade da violência como meio da política.

Justamente por entender a violência como meio inerente à política, no terceiro capítulo o autor apresenta as diferenças entre poder e força e, a partir disso, discute-se a guerra revolucionária internamente, isto é, faz-se uma espécie de anatomia desse fenômeno, mostrando como a opção revolucionária não é algo que se possa apenas realizar, pois

implica opção também moral, e na aceitação moral da violência. Ao discutir a moral e o moral do revolucionário, o autor deixa ver sua paixão, a necessidade de corresponder a uma causa, aquela que responde com violência à violentação de todas as qualidades de ser humano. Assim, a violência sem limites da política hodierna sugere que vivemos um momento excepcional, no qual a utilização de qualquer meio é não apenas compreensível, mas legítima na construção de uma nova ordem.

Já na segunda parte, dedicada às formas, discute-se a insurreição (quarto capítulo) e a guerra popular, em particular a Guerra Popular Prolongada (quinto capítulo), fenômenos apresentados como uma estratégia que se desdobra em várias táticas; e o autor se esforça por mostrar como os diferentes níveis (o político, o estratégico, o tático) se inter-relacionam na ação insurrecional. A correta avaliação desses níveis é fundamental não apenas para o estudo da *política armada*, mas para compreender o momento da luta e como se comportar diante dele. Só assim podemos nos aproximar de líderes como Lênin ou Mao Tsé-Tung.

O sexto capítulo avalia a guerrilha, que é a forma de guerra revolucionária (muitas vezes também da política oficial) mais conhecida por nós, latino-americanos. A despeito do fracasso de Guevara na Bolívia, ou do aniquilamento de quase toda uma geração pelos autoritarismos não tão remotos aqui existentes, Saint-Pierre tem uma visão positiva da guerrilha, não apenas como fato histórico, mas principalmente como mito, que funciona como cimento de vontades revolucionárias.

O caso de Chiapas e o terrorismo são os dois temas tratados no último capítu-

lo. Aproveitando o próprio fenômeno, o autor retoma a comunicação e a informação como meios importantes da luta revolucionária. Porém, tais meios são agora determinados por uma nova tecnologia, que muda a natureza da guerra e da guerra revolucionária. A forma como os zapatistas chiapanecos fazem uso da *Internet* é, então, tomada como exemplo de mecanismo de se colocar diante do mundo e ganhar uma das grandes batalhas da guerra revolucionária hoje: a opinião pública. Por outro lado, não apenas por esse meio mas também pelos objetivos que persegue, Chiapas não é encarado por Saint-Pierre como uma guerra revolucionária em sentido estrito.

Talvez por ter uma certa simpatia pela guerrilha zapatista, ou pela guerrilha em geral, Saint-Pierre resiste a definir o movimento de Chiapas como reformista. Mesmo levantando, como ele faz, os diferentes critérios que determinam quando uma guerrilha responde a uma política revolucionária, mesmo mostrando que o objetivo dos índios de Chiapas é sua inclusão na política oficial e não a superação desta, em nenhuma linha de *A política armada* diz-se sem pestanejar que a guerrilha zapatista é apenas e tão somente um movimento reformista, apesar de fazer uso da força das armas. Ora, da mesma forma que na Colômbia não há alternativa para as classes dominadas a não ser pegar em armas para fazer valer direitos, ainda que burgueses, no México e em outros países (inclusive o nosso), não apenas agora mas desde os tempos de colonização, parece que a violência é *o meio* de participar da *polis*. Essa forma de se fazer política pode tornar ainda mais difícil ultrapassar a linha

da exclusão a que estão submetidas as classes dominadas, não permitindo que elas adotem a revolução como única forma de libertação. Isto implica aceitar, não sem angústia, que a reforma pode representar o limite da consciência de todos nós. Se esta parece ser uma justificativa razoável para o comportamento do autor, isto é, não levar às últimas consequências seus próprios argumentos, não parece, entretanto, ser a melhor explicação. Para ser coerente com a postura adotada desde as primeiras páginas de seu livro, enfrentar o problema tornaria muito mais coesa e firme sua análise.

Por último, analisa-se o terrorismo, como um fenômeno localizado no limiar da política, isto é, como uma ação de violência potencialmente fora dos limites da política e, que, por isso, pode ou não se assumir como meio tático da guerra revolucionária. É, porém, pelas suas características internas, o meio mais difícil de ser utilizado na guerra revolucionária. A esse respeito afirma Saint-Pierre: “Esta é a difícil tarefa da peculiar função do terrorismo para a revolução: fornecer segurança, coesão e ódio às forças populares e terror às fileiras do aparelho repressivo...” (p. 224). Daí porque esta prática não pode, por todos aqueles que querem compreender a luta armada, ser negligenciada ou esquecida.

Essa peculiaridade do terrorismo leva Saint-Pierre a procurar analisá-lo em todos os seus aspectos, fornecendo ao leitor uma quase arqueologia do terrorismo, formulando e discutindo um modelo que busca tomá-lo não apenas pelas vítimas ou objetivos, mas até pelas armas que utiliza. Apesar disso, a avaliação fica incompleta, pois o terror de Estado, aquele que mata sem alarde e com altas do-

ses de aceitação popular, não é analisado, apenas lembrado. É verdade que o interesse do autor é a teoria da guerra revolucionária e, portanto, apenas lançar algumas luzes sobre o terrorismo como tática de luta. Todavia, a filosofia política não pode e não deve ser alheia à ação política e, sendo assim, avaliar a ação de Estados terroristas (como são a maioria dos Estados burgueses atuais) é também fornecer as armas para o combate popular contra as forças repressivas.

Resultado da revisão de uma tese de doutoramento, *A política armada* é um livro que busca combinar agilidade analítica com rigor acadêmico. Em consequência, o texto é vastamente documentado, oferecendo ao leitor um leque bibliográfico que vai muito além do marxismo. Talvez por isso, embora semelhante a um manual (principalmente a primeira parte), muitas vezes o texto se apresente ao leitor como herético, posto que aplica modelos de análise diversos para a compreensão do problema, não permitindo classificar a análise em apenas uma corrente teórica. Se, por um lado, com isto o autor assume o papel de intelectual que não pode e sobretudo não deve ter preconceitos, por outro pode implicar uma análise que não chega às últimas consequências do problema, ficando a meio caminho. Não é outra a avaliação de João Quartim de Moraes na apresentação do livro. Os problemas apontados, entretanto, não retiram, também para repetir a apresentação, a coragem de Saint-Pierre em enfrentar o problema, e muito menos a necessidade desse tipo de pesquisa. Assim, para todo aquele que tenha compromisso com a luta por um mundo mais igualitário, este é um livro valioso e indispensável.

Os marxistas e o meio ambiente

* Guillermo Foladori

John Bellamy Foster. 2000. *Marx's Ecology. Materialism and Nature*. Nova York, Monthly Review Press, 2000.

Nas últimas três décadas do século XX houve uma tomada de consciência, a nível mundial, sobre a gravidade dos desequilíbrios ambientais. Mas isso não significou um único enfoque, pelo contrário, surgiu um leque de posições às vezes muito divergentes. Ecologistas radicais, ecologistas moderados, neomalthusianos, ambientalistas etc. refletiam uma forma diferente de ver a relação entre a sociedade e a natureza. Porém, a maioria deles concordava que o marxismo tinha uma abordagem produtivista, semelhante à dos cornucopianos (defensores de uma abundância e progresso ilimitado) alheia às necessidades de uma relação mais harmônica com a natureza. Inclusive, dentro das fileiras marxistas surgiu um eco-marxismo, compartilhando a dita perspectiva e promovendo um enverdecimento teórico do materialismo histórico: caso de Benton (1996) que compartilha com os ecologistas das críticas ao marxismo, e também de O'Connor (1998) que defende o marxismo frente aos ecologistas, mas um marxismo em que a parte verde não é de Marx, mas do próprio O'Connor que disse complementar e melhorar.

Os poucos escritos em defesa do marxismo haviam sido extemporâneos, como o livro de Schmidt *O conceito de natureza em Marx*, publicado em 1961, em uma linguagem dialética e com uma orientação filosófica, mas sem relação com a consciência sobre a crise ambiental que se desencadeou no final da

década; ou, então, haviam sido recompilações de citações, como o livro de Parsons, *Marx and Engels on Ecology* (1977), publicado precisamente no meio das controvérsias, mas no qual a parte do autor constitui uma apresentação das posteriores citações e não uma análise aprofundada da lógica interna do pensamento marxista. Mais recentemente, em 1991 apareceu o livro de Grundmann, *Marxism and Ecology*, seguindo a tradição da escola de Frankfurt e do anterior livro de Schmidt. O trabalho de Grundmann constitui-se em uma leitura humanista dos textos de Marx, e dá grande ênfase à tecnologia, uma das questões centrais na discussão ambiental. Porém, não foi suficientemente discutido nos meios ecologistas e ambientalistas.

No final do século, em 1999, foram publicados nos EUA dois livros complementares sobre a Natureza e Marx (um de Foster – a versão encadernada deste livro saiu em 1999 – e outro de Burkett), ambos escritos por destacados marxistas e, embora de diferentes perspectivas, constituem-se em análises aprofundadas da lógica interna do pensamento marxista em relação ao meio ambiente. Ambos concluem numa visão radicalmente diferente do que os ecologistas e ambientalistas vinham dizendo sobre o Marx verde. Em lugar de um Marx produtivista e cego ao desenvolvimento das forças produtivas, surge um Marx atento às conseqüências negativas para o ambiente e

* Professor visitante da Universidade Federal do Paraná

à sociedade em sua totalidade. Em lugar de um Marx preocupado exclusivamente com a dinâmica social, surge um Marx que parte da co-evolução entre a sociedade e a natureza. Em lugar de um Marx que não teria nada a dizer sobre a crise ambiental contemporânea, surge um Marx que poderia oferecer, com o método do materialismo histórico, uma alternativa à análise da crise ambiental.

Os livros de Burkett e de Foster se complementam. O de Foster parte de uma perspectiva histórico-filosófica do pensamento marxista em relação ao ambiente. O de Burkett parte da estrutura econômica de funcionamento do capitalismo, exposta basicamente em *O Capital*. Ambos são obras eruditas, que demandam um estudo detido para que delas se tire o máximo proveito.

Foster localiza o pensamento de Marx dentro da tradição materialista e dialética que pode ser rastreada até Epicuro. Enquanto hoje em dia os ambientalistas e ecologistas estão buscando um método para relacionar as ciências físico-naturais e as ciências sociais, Marx tinha consciência da necessidade de seu materialismo pertencer ao “processo da história natural” e, segundo o filósofo Bhaskar, “a tese de que há uma unidade metodológica essencial entre as ciências sociais e as naturais”. A base dessa unidade está naquilo que Marx chama de metabolismo social, o processo social de transformação da natureza através do qual a própria sociedade humana se transforma.

Enquanto uma das principais críticas dos ecologistas a Marx é a da sua falta de interesse pelas questões ecológicas, Foster mostra, com dados biográficos, o permanente interesse de Marx pelos

avanços da ciência: assistindo a conferências e lendo o que podia a respeito. Mas, longe de ficar no relato histórico-biográfico, Foster mostra que os conhecimentos de química e agronomia foram decisivos para o desenvolvimento de sua teoria da renda do solo, em oposição à de David Ricardo, assim como as leituras de Darwin e dos antropólogos foram também fundamentais na sua teoria da evolução das sociedades e das possibilidades de superação do capitalismo. Ainda mais fundamental é a própria análise do trabalho – este, ponto de partida do distanciamento físico-natural do homem frente aos outros animais –, e de suas formas como essencial para a explicação da dinâmica social. Assim, o processo de metabolismo social é, a um tempo, um processo de co-evolução entre o mundo físico-natural e as relações sociais humanas.

Longe de uma visão prometeica e produtivista, da qual também é acusado hoje em dia, Marx elabora toda a sua teoria do materialismo histórico a partir da forma como a sociedade humana se distancia da natureza externa que constitui sua base de existência. Nas palavras de Marx:

Lo que necesita explicación, no és resultado de un proceso histórico, no és la unidad del hombre viviente y actuante, con las condiciones inorgánicas, naturales, de su metabolismo con la naturaleza, y por tanto, su apropiación de la naturaleza, sino *la separación entre estas condiciones inorgánicas de la existencia humana y esta existencia activa*, una separación que por primera vez és puesta plenamente en relación entre trabajo asalariado y capital (Marx, 1971. p. 67).

Marx não atribui valor à natureza, dizem os críticos de hoje. Mas, segundo

Foster, Marx sempre reiterou que são as próprias relações capitalistas aquelas que privam a natureza do valor específico, e a convertem em mercadoria com preço; por exemplo, quando escreve:

Money...has therefore deprived the entire

world — both the world of man and of nature — of its specific value.

Com os livros de Burkett e de Foster, o pensamento marxista sobre o meio ambiente começará o século XXI com uma força difícil de se contrapor.

A destruição da Iugoslávia

* João Quartim de Moraes

Emil Vlajki,

The new totalitarian society and the destruction of Yugoslavia, Ottawa, Legas, 1999.

Demonization of Serbs, Ottawa, Revolt, 2001.

“O sonho dos dirigentes totalitários tornou-se realidade. A partir de agora, e tendo por agentes aqueles que dominam o mundo com uma tecnologia altamente sofisticada, é possível (sem qualquer risco e custo humano) atacar, destruir e, finalmente, derrotar um determinado país simplesmente por ataque aéreos. [...] Sem qualquer força que possa se opor à Comunidade Internacional, que compreende e lidera 15% da população mundial, acabou por transformar-se num vampiro capaz de matar dia e noite sem a mínima possibilidade de ser contido. Quase todo dia surgem novos resultados mortais desta política nos “países não-racionais”: Ruanda, Bósnia, Turquia (contra os curdos), Sudão, Chechenia, Timor-Leste, Salvador, Guatemala, Iraque, Iugoslávia (incluído Kosovo). Nesse contexto, as Nações Unidas são um corpo morto [...]. Após milhares de anos de desenvolvimento de uma racionalidade que aparentemente objetivava um mundo unificado baseado nos direitos humanos fundamentais, a modernidade tornou-se tema de alguns pou-

cos que exercem a dominação mundial sem escrúpulos e com uma força brutal. A Idade da Pedra reaparece em sua versão mais sofisticada”.

Assim se abre, na tradução de Newton Ramos de Oliveira, uma versão sintética de *The new totalitarian society*, livro publicado em 1999 por Emil Vlajki, croata por parte de pai e judeu por parte de mãe, mas sobretudo um internacionalista no melhor sentido do termo: não um cosmopolita “globalizado”, mas um amigo da humanidade em sua concretude, principalmente dos povos oprimidos, destroçados pelo novo tipo de holocausto cuja eficiência foi experimentalmente comprovada no Iraque e na Sérvia. A análise que então ofereceu põe em evidência o indecentemente hipócrita e covarde massacre balístico promovido, em nome dos “direitos humanos”, pelos valentões do Pentágono e seus cães de guarda da OTAN. “Não há registro na história mundial deste tipo de cinismo que, em nossa época, ocorre na Iugoslávia.” Depois dos sérvios na Croácia e dos muçulmanos da Bósnia, as vítimas ago-

* Professor do Departamento de Filosofia da Unicamp

ra são cerca de um milhão de albaneses e oito milhões de sérvios que estão sob os ‘humanitários’ ataques aéreos da OTAN.”

Vlajki sustenta que embora “a meta estratégica principal” dos imperialistas fosse “destruir [...] uma aliada (a Sérvia) da (futura e forte) Rússia”, eles também queriam “impedir que os muçulmanos entrem na Europa através da Bósnia e/ou da ‘Grande Albânia’”. Assim, para a Comunidade Internacional, a ameaça à estabilidade da região tem sido os muçulmanos da Bósnia e Kosovo e os sérvios da Croácia, Bósnia e Montenegro. [...]. Durante a primeira onda de guerras, a Comunidade Internacional ajudou a Croácia a livrar-se de 400 mil sérvios que estavam instalados na região de Lica, Zagreb e Eslavônia (foi a pior limpeza étnica que ocorreu nesta guerra suja, 1992-1995). Ao mesmo tempo, [...] permitiu que croatas e sérvios eliminassem um grande número de muçulmanos na Bósnia e que os muçulmanos eliminassem cerca de 150 mil sérvios de Sarajevo. Por fim, pelo acordo de Dayton, os sérvios da Bósnia foram obrigados a cortar todos os vínculos com a Sérvia e os muçulmanos foram neutralizados pela Confederação Muçulmanos-Croatas”.

Manipulando todos os povos da região, lançando uns contra os outros, ocupando a Albânia [...], estabelecendo bases na Macedônia e, enfim, diante da recusa da Iugoslávia em consentir na presença de tropas estrangeiras no Kosovo, parte integrante de seu território, encorajando os albaneses que lá viviam a exigir independência, os “humanistas” da OTAN criaram um cenário catastrófico que lhes serviu de pretexto para massacrar a Sérvia e transformar toda a região em protetorado.

No livro mais recente, *Demonization of Serbs*, Vlajki desenvolve, como anunciado no subtítulo (“western imperialism and media war criminals”), enérgico e extremamente bem documentado libelo contra os celerados que intoxicaram a opinião pública ocidental para apresentar a destruição da Iugoslávia como uma exigência do que chamam de Comunidade Internacional, mas que não passa da *cosa nostra* do Império do dólar. Uma cronologia, cujo marco zero é o ano de 1986 e o marco final, a derrubada de Milosevich em outubro de 2000, relembra os principais episódios do lento, gradual e implacável esarteamento do que foi a república socialista confederada dos eslavos do sul (p.22-30).

Copiosa documentação desmascara, conforme a concisa expressão de Raquel Moraes reproduzida na contra-capá, o “falso humanismo” estadunidense. Vlajki vincula-o à “nova sociedade totalitária”, em que a indústria da mentira globalizada fabrica, até nos pormenores, as “notícias” que domesticam a opinião pública. A eficácia da intoxicação mediática, entretanto, não é absoluta. A anestesia moral dos cidadãos do chamado “Ocidente” não resistiria, como não resistiu nos Estados Unidos durante a guerra suja no Vietnã, ao acúmulo de baixas do lado da OTAN. Graças, entretanto, ao método de guerra próprio a impérios moralmente obesos, mas detentores das mais terríveis armas de destruição maciça, os desfibrados eunucos que combatem apertando botões e posando para as câmeras da televisão conseguiram minar a coragem do povo sérvio com um dilúvio de mísseis, além de armas condenadas pelas convenções internacionais, como as bombas de frag-

mentação e de urânio “empobrecido”. “Como os Estados Unidos ousam comparar outros povos com os nazistas?”, pergunta Vljaki, lembrando, entre muitos outros, os fatos de que “os primeiros campos de concentração da era moderna foram as reservas dos US para os índios; [...] a esterilização de gente socialmente ‘indesejável’ foi corrente nos US muito antes de Hitler”, como também o foram “os maciços experimentos de horror biológico” (p. 178).

No que concerne aos índios, vale também lembrar que as duas principais armas utilizadas na destruição da Iugoslávia sob pretexto de impedir a “limpeza étnica” dos albaneses foram os mísseis Tomahawk e os helicópteros Apache, nomes de duas tribos “pele-vermelha” exterminadas pelos estadunidenses no século XIX. Insuperável descaramento do Império do dólar!

As raras perdas humanas do beligerante vencedor foram devidas a acidentes provocados por sua própria torpeza. Assim, a cruel ironia que vitimou soldados das tropas inglesas de ocupação, atingidos quando efetuavam vistoria numa escola de Kosovo, por criminosas bombas de fragmentação lançadas por seus próprios colegas. Teve razão Fidel Castro ao classificar a destruição da Iugoslávia como “a guerra mais covarde de todos os tempos”.

Comprovando a completa instrumentalização da máquina imperialista de “notícias”, *Demonization of Serbs* mostra que quanto mais criminosos e letais

se revelavam as conseqüências do massacre balístico de 1999, maior era o empenho dos mandantes do genocídio e de seus prepostos “mediáticos”, treinados para morder quem o dono manda, em jogar sobre os ombros de Milosevich e dos patriotas sérvios a responsabilidade pela atroz tragédia. A demonização dos sérvios veio justificar a destruição da Sérvia.

Dessa robótica unanimidade neoliberal participaram também os “comunicadores” da periferia. Não somente, entre nós, os da imprensa assumidamente de direita, como *O Estado de S. Paulo*, mas também aqueles habituados a cortejar a sensibilidade cultural espontânea do intelectual médio, como a *Folha de S. Paulo*, que só trata Milosevich de “ditador”, mas bajulou vergonhosamente, anos a fio, a ditadura militar brasileira, com especial carinho pelo presidente Médici.

Seqüestrado e vendido por centenas de milhões de dólares aos esbirros da OTAN pelo atual primeiro-ministro da Sérvia, Zoran Djindjic, do Partido Democrático (sic), Milosevich, com a dignidade e a coragem de que carecem seus desafetos, declarou firmemente que não iria recorrer a advogado de defesa, porque o Tribunal Penal Internacional de Haya, para onde o levaram, é ilegal. Foi criado pelo Conselho de Segurança da ONU, dominado pelo Império do dólar e seus satélites e não pela Assembléia Geral da ONU. Só julga os adversários do Departamento de Estado imperial.

Marx: intérprete e vítima da modernidade?

João Feres*

Marshall Berman. *Adventures in Marxism*. Verso, Nova York, 1999.

Adventures in Marxism chega às livrarias americanas quase duas décadas após o lançamento de *All that is Solid Melts into Air* (Tudo que é sólido desmancha no ar). O livro é uma coletânea de ensaios, uma retrospectiva da produção acadêmica de Berman durante o longo hiato que separa a publicação desses dois livros. A introdução e o capítulo final são textos originais compostos especialmente para o livro, os outros doze capítulos já apareceram em outras publicações na forma de artigos e resenhas. Um dos capítulos, *Marx, Modernism and Modernization* foi extraído do próprio *Tudo que é sólido*.

O texto como um todo é consistente e resiste bem às forças centrípetas que ameaçam fragmentar qualquer coletânea. Mais uma vez Berman mostra que escreve como poucos no meio acadêmico. O autor é mestre em envolver o leitor nas tramas do texto, através de uma mistura bem dosada de inspiração argumentativa, inovação interpretativa e emotividade narrativa. Com a nítida intenção de apagar a fronteira que separa o texto acadêmico do literário, Berman faz uso da idéia de *Bildung*, emprestada do romantismo alemão, para analisar autores como Georg Lukács, Isaac Babel, Meyer Shapiro, Walter Benjamin e Studs Terkel. Esse método permite traçar paralelos e relações entre as histórias de vida dos autores e as contradições e ambigüida-

des expressas (ou reprimidas) em suas obras. A tragédia da vida pessoal gera sofrimento mas também conhecimento, desenvolvimento individual.

Onde estaria Marx no meio disso tudo? Existe um contexto comum à vida dos personagens trágicos visitados por Berman: a modernidade. Para o autor, Karl Marx é o seu melhor intérprete. Porém, o Marx apresentado por Berman não é só um perspicaz analista de seu tempo. Ele é também vítima, sujeito às penúrias de uma vida pobre de exilado, atormentado pelas incertezas do projeto revolucionário e ambíguo em relação a sua ascendência judaica. De fato, todos os autores apresentados no livro, incluindo o próprio Berman, são engolfados pelo torvelinho da modernidade: tudo que é sólido desmancha no ar. Para Berman essa é muito mais que uma passagem do *Manifesto* ou um título de livro, é de fato o *leitmotiv* da própria modernidade.

Adventures é marcado por uma certa circularidade narrativa e temática. Berman começa o livro contando sua própria aventura com o marxismo, que também é uma aventura com a modernidade. Em seguida ele narra as aventuras marxistas/modernas de outros autores, que por seu turno elaboraram outras narrativas sobre Marx e a condição moderna. Autores e objetos se confundem.

* Mestre em Filosofia pela Unicamp

Os círculos podem ser “lidos” em paralelo — Marx, Berman, os marxistas, e talvez o leitor enfrentando cada um suas aventuras modernas – ou de forma concêntrica; o leitor lê a aventura de Berman que se inspira nos marxistas que, por seu turno, se inspiraram em Marx.

Mas afinal de contas, em que consiste essa tal modernidade? Quem leu *Tudo que é sólido...* já sabe a resposta, ela está lá em quase todas as páginas do livro. A modernidade é o estado de coisas criado pelo advento do capitalismo, ou seja, um produto da revolução burguesa. Berman usa Marx para celebrar os dotes revolucionários da burguesia, a classe que aniquilou velhas tradições e instituições sociais, criou uma capacidade produtiva sem igual e abriu possibilidades infinitas para o desenvolvimento humano. Paradoxalmente, a revolução contínua da modernidade capitalista produz miséria e opressão para muitos, o que acaba por reduzir suas possibilidades de desenvolvimento individual. Esta ambigüidade característica do capitalismo é, para Berman, o espírito da modernidade.

Berman é um arauto da modernidade e, como tal, não quer destruir sua ambigüidade fundamental. Por essa razão uso o termo ambigüidade e não contradição, palavra que no vocabulário marxista corresponde a uma tensão dialética que aponta para uma resolução. Pelo contrário, para Berman parece não haver resolução. O autor dá mostras de ser crítico severo das teorias e experiências revolucionárias anticapitalistas. Sem o capitalismo a modernidade perderia o motor da “revolução perpétua”, quer dizer, deixaria de ser modernidade. Chegamos aqui ao lado menos claro e mais problemático do pensamento de Berman. Parte

desses problemas o autor herdou do próprio Marx, que também exagera na descrição do caráter revolucionário da classe burguesa e minimiza o uso que essa mesma classe faz de formas de discriminação e opressão tradicionais. A miopia de Marx, porém, deve ser em parte descontada pelo fato de ele ter vivido na aurora do capitalismo industrial. O mesmo não pode ser dito da de Berman, que trata os capitalismo do início do século XIX e do final do século XX de maneira quase indistinta, como se o que foi dito para um valesse para o outro. Ora, um século e meio passados da redação dos *Manuscritos econômicos e filosóficos*, não podemos nos permitir ser tão ingênuos. A imutabilidade com a qual o capitalismo é tratado pelo pensamento bermaniano recende à escatologia, não à marxista mas à noção de “fim da história” criada pelo liberal Francis Fukuyama. Berman, no entanto, substitui a celebração por um tom mais trágico.

À deficiência histórica da análise de Berman está associada um problema geográfico. Apesar de imortal, o capitalismo, para ele, ainda não completou o seu trabalho aqui na Terra. Somente os EUA e a Europa ocidental são de fato capitalistas e, portanto, plenamente modernos. O resto do mundo, ou seja, o Terceiro Mundo, está ainda à espera da redenção. O autor parece ignorar que muitos lugares do tal Terceiro Mundo já estão em contato com o “capitalismo modernizante” há séculos, e que esse contato muitas vezes é responsável pela reprodução da pobreza e da miséria naqueles lugares. Uma passagem no capítulo sobre Marx e o marxismo revela o quão problemática é essa concepção. Após festejar o realismo fantástico latino-ame-

ricano como gênero literário eminentemente moderno, o autor diz que esse mesmo modernismo é a razão pela qual esses autores são perseguidos pelos governos de seus países e obrigados a se exilar na Europa e nos EUA. Segundo Berman, os governos autoritários (leia-se, pré-modernos) tentam banir o modernismo a qualquer custo. Porém, diz o autor, o progresso do capitalismo em escala mundial vai forçar esses governantes a aceitar a modernidade. Ora, o fato de os governos autoritários da América Latina terem sido pró-capitalismo e terem contado com o apoio do governo e dos capitalistas americanos para reprimir as manifestações culturais “modernas” parece escapar ao autor. Tristemente, se olharmos de perto, a concepção de Berman não dista muito daquela dos teóricos americanos da modernização dos anos 50 e 60. Para eles, o problema do “Terceiro mundo” é falta de capitalismo. Essa é uma doutrina de fazer o jovem Fernando Henrique remexer no túmulo.

Tudo que é sólido... está agora em sua 19ª edição. É com certeza um dos livros acadêmicos de maior sucesso na história do mercado editorial brasileiro. Se traduzido e publicado, *Adventures in*

Marxism talvez consiga aproveitar um pouco do sucesso do livro anterior. O momento histórico de hoje, porém, é bem diferente daquele do início dos anos 80. Se naquela época a leitura original que Berman faz de Marx servia de inspiração para a esquerda descontente com o conservadorismo e o autoritarismo dos stalinistas, hoje os mesmos argumentos, repetidos em *Adventures*, soam como loas ao capitalismo imperialista do consenso de Washington. Ao fim do livro Berman festeja a globalização, dizendo que ela produziu meios para as pessoas se comunicarem em escala mundial, criando uma cultura global através do cinema, do vídeo e da música. Esqueceu-se de dizer que o indivíduo precisa saber inglês para desfrutar de toda essa “riqueza” cultural, composta na sua maioria de filmes roliudianos, videoclipes da MTV e *Sitcoms* americanos. O contraste entre o enriquecimento sem limites dos EUA e o empobrecimento dos países do Terceiro Mundo, outro produto da globalização, é sequer citado por Berman. Talvez porque esse fenômeno seja apenas mais uma operação necessária da máquina da modernidade, que a tudo desmancha no ar.